

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
4ª VARA CÍVEL

Rua Abdo Muanis, nº 991, Sala 102/103, Nova Redentora - CEP 15090-140,
 Fone: (17) 2137-3783, São José do Rio Preto-SP - E-mail: upj1a5riopreto@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **0009632-78.2017.8.26.0576**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de sentença - Cheque**
 Exequente: _____
 Executado: _____

Justiça Gratuita Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marina de Almeida Gama Matioli**

Vistos.

Por petição de fls. 278/280, o exequente reclama supostos equívocos processuais, visto que houve liberação de valores reconhecidos impenhoráveis, sem dar a ele conhecimento, fazendo com que interpusesse recursos sendo, ao final, inócuos, mesmo com êxito na manutenção de bloqueio de parte do montante no importe de R\$505,88. Sustenta que houve certificação de decurso de prazo antes do tempo admitido e liberação de valores em contraposição a ordem exarada em decisão monocrática.

É o relatório. Decido.

Assiste parcial razão ao exequente.

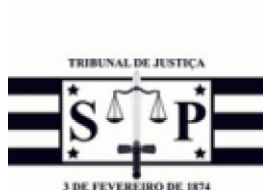
A certidão de decurso do prazo recursal, no dia 24/04/2024 (fl. 225), realmente foi precipitada, posto que a decisão foi publicada no dia 18/04/2025 e a parte teria 5 dias para interpor embargos de declaração, ou 15 dias para interpor agravo de instrumento.

Considerando que a decisão que deferiu o desbloqueio de valores expressamente determinou que se aguardasse o decurso do prazo recursal para cumprimento, não poderia ter sido cumprida antes de decorrido, no mínimo, o maior prazo recursal existente, ou seja, 15 dias úteis.

Ocorre que, ao contrário do que sustenta a parte e conforme se extrai dos autos, a liberação de valores via Sisbajud foi certificada no processo, conforme extrato de fls. 226/230, especialmente a fls. 227 e fls. 229, onde se nota a informação de desbloqueio de numerários.

Ou seja, não é verdade que o exequente foi informado somente agora acerca do desbloqueio, com a publicação do ato ordinatório de fls. 275.

A informação estava disponível nos autos desde 24/04/2024, data da juntada do recibo de protocolamento de fls. 228/230.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
4ª VARA CÍVEL

Neste sentido, o comportamento da própria parte deu azo aos atos posteriores de forma desnecessária, já que interpôs os recursos e pedidos sem análise detida das informações contidas no processo.

Enfim, é certamente lastimável o prejuízo sofrido pela parte, mas há de se considerar que o trâmite inútil do processo também gera prejuízo sensível ao Poder Judiciário, que é tão interessado em evitar a realização de atos inúteis quanto qualquer litigante.

Não se pode admitir, no entanto, que, tomada de frustração, queira a parte atribuir responsabilidade exclusiva ao Juízo e seus Serventuários pelo correto andamento do feito, deixando de analisar detidamente os fatos e informações dos autos antes de se manifestar.

E, ainda, é deveras importante ressaltar que, supondo que não houvesse o erro na certidão de decurso de prazo de fl. 225, a decisão que negou provimento aos embargos de declaração opostos pelo exequente foi publicada em 11/10/2024 (fl. 238), o que significa que o decurso do prazo para interposição de agravo de instrumento se deu em 04/11/2024, já considerado o feriado do dia 28/10/2024.

A parte, no entanto, não informou nos autos a interposição do recurso, e o e-mail transmitindo a decisão que teria concedido efeito suspensivo ao agravo de instrumento só foi enviado ao Juízo de primeira instância em 12/11/2024 (fls. 239/240).

Ou seja, o Juízo não foi acautelado pela parte a respeito de uma possível decisão suspendendo o desbloqueio, ou mesmo a possível reforma da decisão original. O desbloqueio teria ocorrido da mesma forma.

Do exposto, deve o credor manifestar-se em prosseguimento visando à efetiva satisfação da obrigação indicando bens passíveis de penhora no prazo de 10 dias.

Eventual responsabilidade funcional do Servidor signatário da certidão de prazo deve ser perquirida junto à Corregedoria da UPJ.

Intime-se.

São José do Rio Preto, 12 de novembro de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**